



**Sul América Gestão de Investimentos S.A.**

**54.286.457/0001-33**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EXERCÍCIO FINDO EM**

**31/12/2025**

## Sul América Gestão de Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em reais)

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>7.558</b>	<b>1.000</b>
Disponível	7.556	1.000
Caixa e bancos	7.556	1.000
Títulos e créditos a receber	2	-
Créditos tributários e previdenciários	2	-
<b>Total do ativo</b>	<b>7.558</b>	<b>1.000</b>

	2025	2024
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>7.760</b>	<b>-</b>
Contas a pagar	7.760	-
Outras contas a pagar	7.760	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(202)</b>	<b>1.000</b>
Capital social	1.000	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000	-
Prejuízos acumulados	(16.202)	-
<b>Total do passivo</b>	<b>7.558</b>	<b>1.000</b>

## Sul América Gestão de Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em reais)

	2025	2024
<b>Outras despesas</b>	<b>(16.202)</b>	-
Despesas administrativas	(9.080)	-
Despesas com tributos	(7.140)	-
Receitas financeiras	17	-
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>(16.202)</b>	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(16.202)</b>	-

# Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em reais)

## 1. Contexto operacional

A **Sul América Gestão de Investimentos S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12/03/2024, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, conjunto 82 - Sala A, Edifício 360 JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 e, tem como objetivo a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior.

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2026.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas são:

#### 3.1.1. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; e
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

## 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas

### 3.2.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2025 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.**

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). Em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - Em 09/05/2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida; e
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

As menções de normas estão sendo apresentadas em IFRS e CPC (BR GAAP) pelo fato de não haver diferenças entre as duas nesse contexto.

A adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

## 5. Patrimônio líquido

### 5.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 5.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

### 5.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

### 5.4. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.